

Demonstrações Financeiras

Polpar S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório dos Auditores Independentes

Polpar S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes	1
Relatório da Administração	6
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	24
Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	25

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Polpar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Polpar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

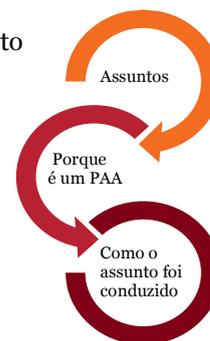
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Polpar S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo das ações da Suzano Holding S.A. (Nota explicativa 8)

Em 31 de dezembro de 2017, o investimento em ações da Suzano Holding S.A. ("investida") representava 42% do total do ativo da Companhia. Esse investimento está classificado como ativo financeiro disponível para venda e, por consequência, é mensurado ao valor justo contra o patrimônio líquido.

Uma vez que as ações da investida não são negociadas em um mercado ativo, a determinação de seu valor justo pela Companhia se dá com base na cotação pública das ações da Suzano Papel e Celulose S.A., investida que representa 95% do total do ativo da Suzano Holding S.A.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, considerando a relevância do investimento mantido em ações da Suzano Holding S.A. e o julgamento da Administração para a determinação do método de avaliação do valor justo dessas ações, especialmente pela escolha do uso da cotação das ações da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. como parâmetro, e pela decisão de não efetuar quaisquer ajustes na determinação do valor justo das ações da investida, pela falta de liquidez ou outros aspectos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise do volume de negociação das ações da Suzano Holding S.A., para avaliação do atendimento da definição de mercado ativo, bem como a confirmação da quantidade de ações detidas pela Companhia na investida com o extrato de posição e movimentação do custodiante.

Adicionalmente, testamos a exatidão matemática do cálculo proporcional do valor justo das ações da investida, segundo os critérios estabelecidos pela Administração, e discutimos com nossos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros a razoabilidade dos critérios adotados e os julgamentos feitos pela Administração.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os critérios adotados pela Administração na determinação do valor justo das ações da investida são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como

informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de março de 2017, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tadeu Cendón Ferreira
Contador CRC 1SP188352/O-5

Relatório da Administração da Polpar S.A.

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

Resultados

No exercício de 2017 a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 545 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 1.461 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano Papel e Celulose S.A. e na Suzano Holding S.A., no valor de R\$ 577 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 185 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 194 mil.

Auditoria e controles internos

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A partir do exercício de 2017 os serviços de auditoria independente estão sendo prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Atendendo a Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2017, que não seja de auditoria externa.

Polpar S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.129	2.239
Impostos a recuperar		66	-
Total do ativo circulante		2.195	2.239
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar		462	528
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	22.665	17.222
Total do ativo não circulante		23.127	17.750
Total do ativo		25.322	19.989
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Impostos a pagar		-	142
Juros sobre capital próprio a pagar	9	-	252
Dividendos	9	130	96
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	162
Contas a pagar		4	9
Total do passivo circulante		134	661
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.318	3.603
Total do passivo		5.452	4.264
Patrimônio líquido			
Capital social		3.000	3.000
Reservas de lucros		2.526	2.111
Ajuste de avaliação patrimonial		14.344	10.614
Total do patrimônio líquido	9	19.870	15.725
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.322	19.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>Explicativas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos e Juros sobre capital próprio	5	577	587
Despesas gerais e administrativas	12	(194)	(167)
Outras receitas operacionais		<u>-</u>	<u>946</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		383	1.366
Resultado financeiro líquido	11	<u>185</u>	<u>260</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6	568	1.626
Imposto de renda e contribuição social correntes		(22)	(162)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(1)</u>	<u>(3)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>545</u>	<u>1.461</u>
Lucro líquido do exercício por ação			
Básico e diluído			
Ordinárias		7,35289	19,74324
Preferenciais		8,08818	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	545	1.461
Varição do valor justo dos ativos financeiros mantidos para venda	5.444	(5.414)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.714)	1.636
Total do resultado abrangente	<u>4.275</u>	<u>(2.317)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Para aumento de capital	Estatutária especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.000	186	1.207	305	14.392	-	19.090
Resultado abrangente							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.461	1.461
Valor justo dos ativos financeiros mantidos para venda líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	(3.778)	-	(3.778)
Transações de capital com os sócios							
Dividendos pagos	-	-	(656)	-	-	-	(656)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(296)	(296)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(96)	(96)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Transferências para reservas	-	73	896	100	-	(1.069)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.000	259	1.447	405	10.614	-	15.725
Resultado abrangente							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	545	545
Valor justo dos ativos financeiros mantidos para venda líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	3.730	-	3.730
Transações de capital com os sócios							
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(130)	(130)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Transferências para reservas	-	27	349	39	-	(415)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.000	286	1.796	444	14.344	-	19.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	545	1.461
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais:		
Atualização monetária outros	(29)	(40)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	1	3
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Redução em impostos a compensar	29	10
Pagamento de outros impostos e contribuições	(166)	(13)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(169)	(100)
Aumento em outros passivos circulantes	27	73
Fluxo de caixa gerados nas atividades operacionais	<u>238</u>	<u>1.394</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Juros sobre capital próprio recebido de participação a valor de mercado	-	113
Fluxo de caixa gerados nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>113</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(348)	(846)
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.458)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(348)</u>	<u>(2.304)</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(110)</u>	<u>(797)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.239	3.036
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.129	2.239
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(110)</u>	<u>(797)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas		
Outras receitas	-	1.043
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros consumidos	(194)	(167)
Valor consumido pela Companhia	<u>(194)</u>	<u>876</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	577	587
Receitas financeiras	215	279
Valor adicionado a distribuir	<u>598</u>	<u>1.742</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições Federais	47	275
Remuneração de capitais de terceiros Despesas financeiras	6	6
Remuneração de capitais próprios Dividendos	130	392
Lucros retidos	415	1.069
	<u>598</u>	<u>1.742</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros que são mensurados ao seu valor justo.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2018.

2.2 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.2 Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral:

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

b) Ativos financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

iii) Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados a partir da data do balanço e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

c) Passivos Financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.5 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.6 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras.

A Administração iniciou o em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas:

- i) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos financeiros (em vigor em 2018);
- ii) IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos com clientes (em vigor em 2018); e
- iii) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil (vigência em 2019).

De acordo com o IFRS 9, a Companhia deverá avaliar a opção de mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, ao valor justo por meio do resultado ou mensurar, de maneira irrevogável, os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente. Embora essa mudança não altere a mensuração ao valor justo, por conta das opções quanto à contrapartida das variações do valor justo, a administração está ainda avaliando a política contábil mais adequada, uma vez que tal opção poderá ter efeito no cálculo dos dividendos.

As demais normas (IFRS 15 e IFRS 16) não têm impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	<u>2.129</u>	<u>2.239</u>

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em operações compromissadas com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2017, estas aplicações eram remuneradas à taxa média de 73,4% (86,73%, em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating “brAA-” pelas agências Fitch e Standard & Poor’s.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registrou dividendos propostos a pagar no montante de R\$ 130.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia tinha juros sobre capital próprio a pagar, líquido do imposto de renda na fonte, e dividendos propostos a pagar nos montantes de R\$ 252 e R\$ 96, respectivamente.

Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, registrados no resultado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dividendos recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A.	225	183
Juros sobre capital próprio recebidos da Suzano Papel e Celulose	118	-
Dividendos recebidos da Suzano Holding S.A.	208	404
Juros sobre capital próprio recebidos da Suzano Holding S.A.	26	-
	<u>577</u>	<u>587</u>

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	568	1.626
Alíquota fiscal combinada	25%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	<u>(142)</u>	<u>(553)</u>
Compensação de prejuízos fiscais limitado a 30% do lucro fiscal	11	80
Juros sobre capital próprio a pagar	-	101
Dividendos recebidos	108	200
Outros	-	7
	<u>(23)</u>	<u>(165)</u>
Imposto de renda		
Corrente	(14)	(113)
Diferido	(1)	(2)
	<u>(15)</u>	<u>(115)</u>
Contribuição social		
Corrente	(8)	(49)
Diferido	-	(1)
	<u>(8)</u>	<u>(50)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>(23)</u>	<u>(165)</u>
Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social	4,05%	10,15%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros disponíveis para venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	836	846
Créditos sobre diferenças temporárias	-	1
	<u>836</u>	<u>847</u>
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	531	384
	<u>531</u>	<u>384</u>
Total ativo	<u>1.367</u>	<u>1.231</u>
Imposto de renda		
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	4.915	3.554
Contribuição social		
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	1.770	1.280
	<u>1.770</u>	<u>1.280</u>
Total passivo	<u>6.685</u>	<u>4.834</u>
Total líquido passivo não circulante	<u>5.318</u>	<u>3.603</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$3.346 e R\$6.488, respectivamente, (R\$3.386 e R\$6.527 em 31 de dezembro de 2016).

7. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se representados por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data do balanço em 31 de dezembro de 2017.

Em 10 de novembro de 2017 foi efetivada a migração da Suzano Papel e Celulose S.A. para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão de suas ações Preferenciais Classe "A" (SUZB5) para ações Ordinárias (SUZB3).

Os eventuais ganhos e perdas são contabilizados diretamente no patrimônio líquido, até que sejam realizados.

	<u>Quant. Ações</u>	<u>Tipo</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Suzano Papel e Celulose S.A	643.450	ON	12.026	9.137
Suzano Holding S.A	267.787	PN	10.639	8.085
			<u>22.665</u>	<u>17.222</u>

8. Instrumentos financeiros

As ações das Companhias Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A. são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliadas pelo seu valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- O valor justo dos ativos financeiros mantidos para venda é obtido através de preço de mercado cotado em mercados ativos. Especialmente no caso das ações da Suzano Holding, a ausência de negociação não permite atender a definição de mercado ativo. Nesse caso, considerando que os ativos dessa investida representam virtualmente ações da Suzano Papel e Celulose S.A., as cotações das ações dessa outra empresa foram consideradas como a melhor estimativa do valor justo das ações da Suzano Holding.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.129	2.129	2.239	2.239
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.665	22.665	17.222	17.222

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços).

	Valor justo em 31/12/2017	Nível 1	Nível 2
Ativos			
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.665	12.026	10.639
	Valor justo em 31/12/2016	Nível 1	Nível 1
Ativos			
Ativos financeiros disponíveis para venda	17.222	9.137	8.085

Gestão do Capital

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2016 o capital era de R\$ 3.000, composto de 74.000 ações ordinárias), sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Em 21 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, avaliados pelo seu valor justo, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

O declínio significativo ou prolongado no valor justo de investimento no instrumento patrimonial abaixo do seu custo é considerado uma evidência objetiva de perda no valor recuperável se confirmada a perda, ela é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado do período.

Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

Dividendos propostos no exercício

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dividendos		
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	545	1.461
Reserva legal	<u>(27)</u>	<u>(73)</u>
	<u>518</u>	<u>1.388</u>
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	130	348
Dividendos propostos	130	96
Juros sobre capital próprio líquido do imposto de renda na fonte	-	252

10. Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas	535	10	545
Quantidade média ponderada da quantidade de ações do exercício	<u>72.795</u>	<u>1.205</u>	<u>74.000</u>
Lucro líquido básico por ação	<u>7,35289</u>	<u>8,08818</u>	<u>19,74324</u>

À Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro líquido diluído por ação é o mesmo que o básico.

11. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(6)	(6)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	29	40
Rendimentos das aplicações financeiras	<u>162</u>	<u>226</u>
Resultado financeiro líquido	<u>185</u>	<u>260</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12 – Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Anúncios e publicações	(58)	(51)
Taxas da CVM	(64)	(50)
Perda por prescrição de crédito fiscal	-	(46)
Auditoria	(19)	(20)
Honorários advocatícios	(50)	-
Outras despesas	(3)	-
	<u>(194)</u>	<u>(167)</u>

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 10º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 06 de março de 2018.

DAVID FEFFER
Diretor Presidente

ORLANDO DE SOUZA DIAS
Diretor e Diretor de Relações com
Investidores

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE
O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 10º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 06 de março de 2018.

DAVID FEFFER
Diretor Presidente

ORLANDO DE SOUZA DIAS
Diretor e Diretor de Relações com
Investidores